

Por que o pacote externo é instável e precário

Não tenhamos dúvida: todas as notícias e informações que estão aparecendo a respeito das dificuldades para se fechar o pacote de apoio financeiro externo ao Brasil não apenas devem ser verdadeiras, como provavelmente ainda estão aquém da realidade, isto é, não refletem a verdadeira grandeza do problema.

Isto não quer dizer, em absoluto, que o pacote não seja fechado até o final do ano. Ele será fechado, porque os principais credores do Brasil precisam que ele seja fechado a fim de se haverem com seus próprios acionistas. Mas será fechado em condições precárias e continuará funcionando durante todo o ano que vem em regime de permanente instabilidade. A própria natureza do esquema que foi montado dita esse destino para ele. Por isso os leitores devem ter em mente duas coisas, para não ficarem confusos com as notícias: a primeira é que as dificuldades de funcionamento do pacote são naturais, não indicam seu fracasso definitivo; a segunda é que ele também jamais terá sucesso pleno, ao contrário do que as autoridades tentarão sugerir sempre, porque a instabilidade faz parte integrante do jogo que está sendo jogado.

Para que se possa acompanhar a análise que faremos desse sistema de sustentação financeira do Brasil engendrado por nossas autoridades e por representantes dos credores, em conversações que se desenvolvem há mais de um ano, é preciso voltar um pouco atrás no tempo e lembrar como eram as coisas antes do aparecimento da chamada "síndrome de Toronto".

No início os países em desenvolvimento não tinham praticamente nenhum acesso a créditos privados no mercado financeiro internacional por dois motivos básicos: porque eram pouco conhecidos e porque os bancos não tinham muito know-how sobre como analisar os riscos de operações que envolvessem tais países. A maioria dos créditos privados dessa época, uma quantidade global muito insignificante na verdade, dirigia-se para filiais de empresas multinacionais com as quais os bancos privados já tinham negócios nos países-sede. Os países em desenvolvimento obtinham a maior parte dos financiamentos de que precisavam em instituições oficiais estrangeiras, organismos plurinacionais (tipo Banco Mundial) e junto a governos.

Numa segunda fase, após a crise do petróleo, com a necessidade dos bancos de encontrarem aplicações para os depósitos que recebiam de países petrolíferos, alguns países em desenvolvimento passaram a ter acesso cada vez mais amplo ao mercado privado de crédito internacional. E aí as coisas passaram a funcionar no sistema da livre contratação, dentro de um esquema que o ex-ministro Simonsen, genoma de "reciclagem competitiva", no qual não se pagava realmente o que se devia: em cada vencimento, tomava-se emprestado de novo credor para pagar o antigo, é, como costuma dizer o ministro Delfim Neto, sempre se tomava um pouquinho mais do que era necessário, o que garantia uma sobra para investir aqui dentro.

É claro que, se fôssemos um país de governantes prudentes, instituições sólidas, partidos atuantes e opinião pública eficazmente vigilante — pois vigilante ela é, o problema é que tal vigilância não tem eficácia, pois o governo não lhe dá satisfação —, nos teríamos aproveitado de tal processo, mas sob os indispensáveis rigorosos controles. Por exemplo, cuidando para que o serviço da dívida em cada ano não ultrapassasse certo percentual das receitas prováveis de exportação

tação, o que exigiria, é claro, parcimônia e controle na rolagem dos pagamentos e na tomada daquele "pouquinho mais" de que nos fala o ministro.

Bem, o que aconteceu no ano passado é que ficou totalmente impossível a livre contratação de empréstimos no mercado internacional privado de crédito. Este se fechou inteiramente (de novo) para os países em desenvolvimento. Portanto, a pontualidade dos pagamentos só poderia ser mantida caso os países endividados gerassem superávits comerciais monstruosos, capazes de garantir não apenas suas importações vitais, como também o serviço das suas dívidas.

Como isso era totalmente impossível e inviável, e como nenhum credor tinha realmente interesse em ver quebrar um país como o Brasil, mas tinha interesse em diminuir seus empréstimos a ele, montou-se o presente esquema, que consiste, basicamente, em fazer o País realmente pagar uma parcela das promissórias vincendas, enquanto outra parcela é prorrogada e uma terceira é paga com novos créditos fornecidos em parte pelo FMI, em parte pelos próprios credores. Daí a necessidade de o Brasil gerar superávits comerciais brutais. Eles se destinam a pagar a parte do débito que não mais pode ser rolada, ou seja, a diminuir a dívida em termos reais.

No pacote se forma, portanto, uma rede de compromissos mútuos bastante intrincada, destinada a manter o Brasil flutuante financeiramente, isto é, com os pagamentos em dia. As necessidades de pagamento do período de referência do pacote são avaliadas e a partir daí se distribuem os encargos, a começar do encargo brasileiro.

Mas essa não é uma rede de entusiastas. Ao contrário, é um contrato explícito ("reciclagem compulsória", no dizer de Simonsen) no qual as partes, além de estarem presentes de modo muito relutante, ainda procuram jogar a todo momento um pedaço do seu próprio encargo sobre outro participante qualquer. Na verdade, todos os participantes gostariam de não estar no pacote, mas, não sendo possível, gostariam de estar minimamente presentes, e até o Brasil apreciaria diminuir a sua contribuição (nove bilhões de dólares em 1984) para obter maiores fatias dos outros participantes.

A precariedade e a instabilidade são, portanto, intrínsecas à natureza mesma da armação a que se chegou. E o pior é que o esforço para preservá-la e fazê-la funcionar não chega a ser gratificante, uma vez que ela não garante o essencial, que é a retomada do crescimento da nossa economia. Só garante, e mal, a pontualidade dos pagamentos. E isso que impõe a necessidade de uma negociação de novo tipo que nenhuma das nossas autoridades quis ainda admitir.